

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO FINANCEIRA**

HENRIQUE ALEXANDRE LANGA

**OS BENEFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA MICRO
E PEQUENAS EMPRESAS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2018

HENRIQUE ALEXANDRE LANGA

**OS BENEFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA MICRO
E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em finanças, do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza.

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

OS BENEFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Esta monografia foi apresentada às 17:00 do dia 10 de setembro de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão Financeira – Departamento Acadêmico de Gestão e Economia – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dra. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza
Orientadora

Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres
Banca

Prof. Dr. Antônio Barbosa Lemes Junior
Banca

Visto da coordenação:

Prof. Dr. Antonio Barbosa Lemes Junior

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus familiares, que souberam suportar minha ausência em diversos momentos, em especial aos meus pais que muito se sacrificaram para que eu pudesse crescer.

A todos os colegas e ex-colegas de trabalho e estudo, que enriqueceram meu conhecimento em todos os meus anos de vida.

Aos colegas Alexsandro, Marcelo e Paulo, que abrilhantaram este curso com sua vasta experiência.

A esta grande universidade e seu corpo docente, direção e administração, que brilhantemente produziram e conduziram este curso. Com menção especial a Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza, cujos apontamentos e orientações foram determinantes para o sucesso deste trabalho.

RESUMO

LANGA, Henrique A. **Os benefícios da administração financeira para micro e pequenas empresas**. 43 f. Monografia de Pós-Graduação da Especialização em MBA em Gestão Financeira – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. 2018.

Este trabalho tem como objetivo discutir os benefícios da utilização da administração financeira em micro e pequenas empresas brasileiras, mais especificamente através de controles financeiros diversos, que podem auxiliar o gestor financeiro nas suas rotinas financeiras diárias. Diversos órgãos e instituições, que trabalham voltadas para a ótica dos micro e pequenos empreendedores, disponibilizam estudos diversos, que vão desde o levantamento do perfil dos empreendedores até mesmo à pesquisa sobre as taxas de sobrevivência e mortalidade dessas empresas. Embasado por esses estudos, e também pela legislação específica para as empresas deste porte, foi possível contextualizar o cenário em que as micro e pequenas empresas brasileiras estão incluídas atualmente, e, ao se conhecer os problemas financeiros por elas enfrentados, foi possível apontar os controles financeiros iniciais para melhor aproveitamento dos escassos recursos financeiros que as MPE's possuem.

Palavras-chaves: Administração Financeira. Controles Financeiros. Micro e pequenas empresas.

ABSTRACT

LANGA, Henrique A. **The benefits of financial management to micro and small enterprises**. 43 f. Monografia de Pós-Graduação da Especialização em MBA em Gestão Financeira – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. 2018.

This paper aims to discuss the benefits in using financial management in micro and small Brazilian enterprises, specifically through several financial controls, which can help the financial manager in his daily financial routines. Many agencies and institutions that focus on micro and small enterprises and small entrepreneurs offer a variety of studies, ranging from surveying the profile of entrepreneurs to researching the survival and mortality rates of these companies. Based on those studies, and also by the specific legislation for companies of this size, it was possible to contextualize the scenario in which micro and small Brazilian enterprises are currently included, and, knowing the financial problems they face, it was possible to point out the initial financial controls to better utilize the scarce financial resources those companies have.

Key-words: Financial Management. Financial Controls. Micro and small enterprises.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fórmula de Índice de Liquidez Corrente (ILC).

Figura 2 – Fórmula de Índice de Liquidez Seca (ILS).

Figura 3 – Fórmula de Índice de Liquidez Geral (ILG).

Figura 4 – Fórmula de Índice de Liquidez Imediata (ILI).

Figura 5 – Fórmula de Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV).

Figura 6 – Fórmula de Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC).

Figura 7 – Fórmula de Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE).

Figura 8 – Quadro Demonstrativo de Ciclos Operacional e Financeiro com NCG.

Figura 9 – Quadro Demonstrativo de Ciclos Operacional e Financeiro com Folga.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de sobrevivência para pequenos negócios constituídos em até 2 anos.

Gráfico 2 – Motivos para fechamento de pequenos negócios.

Gráfico 3 – Motivos para não reiniciar atividades após fechamento.

Gráfico 4 – Escolaridade dos empreendedores que inativaram seus negócios.

Gráfico 5 – Escolaridade dos empreendedores com negócios ativos.

Gráfico 6 – Principais áreas de necessidade de capacitação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplo de estrutura de fluxo de entradas.

Tabela 2 – Exemplo de estrutura de fluxo de saídas.

Tabela 3 – Exemplo de estrutura de fluxo de caixa com orçamento.

Tabela 4 – Percentual de incremento de novos pequenos negócios.

Tabela 5 – Fonte de recursos para abertura do negócio.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS.....	9
1.1.1 Objetivos Gerais	9
1.1.2 Objetivos Específicos.....	9
1.1.3 Justificativa	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: CONCEITO E RELEVÂNCIA	11
2.2 CONTROLES FINANCEIROS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	12
2.2.1 Fluxo de Caixa	12
2.2.2 Plano Orçamentário Financeiro	16
2.2.3 Indicadores financeiros e econômicos	17
2.2.3.1 Índice de Liquidez Corrente (ILC)	18
2.2.3.2 Índice de Liquidez Seca (ILS)	18
2.2.3.3 Índice de Liquidez Geral (ILG)	19
2.2.3.4 Índice de Liquidez Imediata (ILI)	20
2.2.4 Análise do Ciclo Operacional e Financeiro	21
3 METODOLOGIA	23
4 OS BENEFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	25
4.1 CONTEXTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS	25
4.2 ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS NO USO DOS CONTROLES FINANCEIROS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	33
5 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Segundo levantamento do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), realizado em 2017, aproximadamente 90,67% das empresas brasileiras, ativas até dezembro de 2015, eram MPE's (micro ou pequenas empresas), os denominados pequenos negócios.

Ainda sob a luz do mesmo estudo, pôde-se avaliar que os pequenos negócios, em dezembro de 2015, eram responsáveis por 53,92% dos empregos com carteira assinada no Brasil, o que mostra a sua relevância social e econômica no país, principalmente na geração de renda.

Entretanto, mesmo apresentando números expressivos, como os supracitados, os pequenos negócios ainda sofrem para darem continuidade à sua própria existência, enfrentando obstáculos de ordem diversa, que vão desde a falta de crédito até a falta de uma carteira sólida de clientes, passando obviamente, por problemas financeiros e de caixa, esses que, por sua vez, serão o objeto do presente estudo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos Gerais

O objetivo deste trabalho é analisar os benefícios da aplicação da administração financeira para as micro e pequenas empresas, destacando os controles financeiros mais apropriados para o porte dos pequenos negócios.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para desenvolver o objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever, conceitualmente, os principais controles financeiros mais apropriados para o porte das micro e pequenas empresas;
- Caracterizar o contexto das MPE's no Brasil entre o período de 2008 a 2017;
- Apresentar os principais benefícios da utilização dos controles financeiros para micro e pequenas empresas.

1.1.3 Justificativa

Os últimos anos da economia e política brasileira levaram o cenário econômico a uma derrocada como há muito não se via. O impacto das incertezas no cenário macroeconômico e político refletem, principalmente, na taxa de desemprego do país, essa que em 2016 foi de 11,5%, passando em 2017 para 12,7% de brasileiros desempregados, o referido indicador fechou julho de 2018 em 12,3%, isso leva grande parte desses brasileiros a se tornarem empreendedores, nem sempre por vontade e sim por necessidade. Somado a isso encontram-se as incertezas políticas vivenciadas desde 2016, vide a troca de comando no poder executivo e também a interrogação quanto à sucessão do poder proporcionada pelas eleições presidenciais de 2018. Obviamente, esses aspectos atingem de forma mais vigorosa os pequenos negócios brasileiros, estes que, ao contrário de grandes companhias, não tem poder suficiente para negociar melhores condições no mercado, sejam elas com clientes, fornecedores, credíncias e até mesmo com a União, os Estados e Municípios no que tange impostos e tributos. Pesquisa do SEBRAE, realizada em 2017, apontou que 26% dos micro e pequenos empreendedores, que fecharam seus negócios, o fizeram porque a empresa só apresentava prejuízo e nenhum período de lucro. A mesma pesquisa também evidenciou que 36% desses empreendedores não voltariam a abrir seus negócios pela falta de dinheiro. Sendo assim, os poucos caminhos para a continuidade e sobrevivência dos micro e pequenos empreendedores convergem para a administração financeira, que tem em seus controles as melhores ferramentas para auxiliar o gestor financeiro. Sem a mesma, as chances de sucesso de um empreendimento caem drasticamente ao passo que a falta de preparo e a falta de prevenção se tornaram os grandes responsáveis pela mortalidade dos pequenos negócios no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é discutir a relevância da administração financeira para as micros e pequenas empresas a partir da compreensão dos principais controles financeiros mais apropriados para o porte dessas empresas.

2.1 A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: CONCEITO E RELEVÂNCIA

Para Gitman (2004, pg. 9) a função da administração financeira pode ser descrita, em termos amplos, considerando-se seu papel dentro da organização, sua relação com a teoria econômica e com a contabilidade e as atividades básicas do administrador financeiro.

Assaf Neto e Silva (2002) indicam que a administração financeira é a ciência cuja finalidade é maximizar a riqueza dos proprietários, gerindo com competência seus recursos, nos traz a certeza de que o tema é vital para o sucesso, não só de pequenas companhias, mas sim de qualquer empresa que visa sua continuidade no mercado brasileiro.

Para Bueno (2003) a maioria das micro e pequenas empresas sofrem com a carência de sistemas de informações gerenciais, não permitindo a melhor análise para tomada de decisão segura. Não por menos, essa falta de informações gerenciais, torna o negócio inseguro a ponto de inibir investimentos, linhas de crédito e até mesmo impactar as relações com fornecedores.

Todos esses aspectos negativos são combatidos pela administração financeira, por sistemas e controles que, quando aplicados corretamente, são capazes de gerar informações vitais para a tomada de decisão do empreendedor e de seus parceiros de negócios. Obviamente há de ser feita uma distinção entre os controles disponíveis para os pequenos negócios, uma vez que, esses ainda não possuem o mesmo poderio financeiro, para adquirir sistemas sofisticados ou ERP (Enterprise Resource Planning), Souza e Zwicker (2000) dizem que os sistemas ERP podem ser definidos como sistemas de informação integrados, adquiridos na forma de software, com a finalidade de dar suporte à maioria das operações de uma empresa.

Para Mendes e Escrivão Filho (2002) a implantação de ERP nas pequenas empresas é um fato que gera preocupação e cuidados, pois esse segmento, em geral, não possui muitos recursos disponíveis para investir em tecnologia.

Para sorte dos pequenos empresários existem várias formas de gerar as mesmas informações, muitas vezes com menos automação e mais processos manuais, mas que, ainda assim, serão um divisor de águas para a gestão dessas empresas.

2.2 CONTROLES FINANCEIROS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

É comum que a operação, de micro e pequenas empresas, seja a prioridade do cotidiano do empreendedor. Realizar compras de mercadorias, produzir produtos, realizar as vendas, afinal, são os mecanismos que dão vida a empresa. Portanto, é comum que a gestão financeira fique em segundo plano, fazendo com que as informações necessárias para adequadas decisões gerenciais não venham ao conhecimento do gestor.

Para Matarazzo (2003) o motivo de muitas empresas declararem falência é a falta de adequação dos fluxos de caixa, o que traz diversos problemas de liquidez, que em sua maioria, não são perceptíveis aos olhos do gestor.

A seguir serão conceituados e apresentados os controles financeiros básicos para micro e pequenas empresas

2.2.1 Fluxo de Caixa

Quando se discute sobre controles financeiros, para a grande maioria, o fluxo de caixa é a primeira lembrança, praticamente um clássico, que se imagina, nenhuma empresa poderia dispensar ou não possuir. Afinal, quando falamos em administração financeira a palavra de ordem é caixa. Entretanto, cabe um ajuste quanto ao termo, então, quando se aborda o tema caixa, na verdade, se refere ao conjunto de disponibilidades da empresa, composto por caixa geral, bancos, poupanças, aplicações de liquidez imediata, entre outros.

O processo de acompanhamento do fluxo de caixa, consiste então, em registrar informações sobre a geração de caixa em confronto às aplicações de caixa em determinado período. Através dele é possível prever as necessidades de caixa para que os compromissos, comumente firmados, sejam cumpridos sem sobressaltos.

Dentro da administração financeira o fluxo de caixa consiste numa das principais ferramentas de controle financeiro para os gestores. Tal demonstrativo possibilita ao gestor uma análise de curto ou longo prazo, proporcionando informação capaz de mitigar riscos e problemas relacionados ao desencaixe financeiro. Para Zdanowicz (2000, p.23-24).

O fluxo de caixa tem como objetivo básico a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis para a empresa.

Para Santos *et al* (2010) o atual mercado competitivo no qual as empresas estão inseridas obriga os gestores a assumirem estratégias cada vez mais eficientes. Logo, para que isso seja possível, todos os departamentos devem estar alinhados para que o resultado de caixa seja, não só previsível, mas também consistente. Entretanto, pequenos negócios não costumam possuir uma estrutura organizacional complexa, isso significa que, normalmente, o empresário em si é o responsável pela apuração e registro dos números financeiros realizados pela empresa. Tal fato, de certa maneira, chega a ser um facilitador para a confecção do fluxo de caixa, uma vez que, uma única pessoa detém todas as informações pertinentes ao controle em questão.

Estruturalmente o fluxo de caixa deve ser dividido em dois grupos, que nortearão a classificação das informações lançadas pelo gestor financeiro, são eles os fluxos de entradas e saídas de caixa da empresa, o primeiro comumente conhecido como contas a receber e o segundo como contas a pagar.

O setor de contas a receber é um dos mais importantes da empresa, afinal, sem que ocorram as entradas decorrentes das vendas realizadas pela empresa não existe forma viável de operacionalizar uma empresa, isso significa que, a sobrevivência da empresa está intimamente ligada com esse setor e, caso o empresário não gerencie os recebíveis de forma adequada, poderá sofrer problemas financeiros que ameaçaram a empresa como um todo.

Para Gitman (2010), os recebimentos incluem todas as entradas de caixa de uma empresa em determinado exercício financeiro. Sendo assim, o empresário deverá elencar contas financeiras, que serviram para a classificação das entradas da empresa. Esse detalhamento pode, num primeiro momento, ser simplificado e, ao passo que o gestor financeiro passe a receber informações do fluxo de caixa, pode ser alterado para uma estrutura mais complexa, que pode separar os recebíveis, por exemplo, em linha de produto/ serviço ou ainda de outra forma que forneça as informações necessárias para que o gestor tome as melhores decisões possíveis em relação à sua cadeia de produtos ou até mesmo sobre o rendimento de aplicações diversas, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Exemplo de estrutura de fluxo de entradas.

FLUXO DE ENTRADAS	01/XX	02/XX	03/XX	...
Recebimento de vendas produto A				
Recebimento de vendas produto B				
Recebimento de vendas produto C				
Rendimento financeiro aplicação D				
Rendimento financeiro aplicação E				
Rendimento financeiro aplicação F				
Empréstimos tomados banco G				
Empréstimos tomados banco H				
Outras entradas de caixa				
TOTAL DO FLUXO DE ENTRADAS				

Fonte: O autor.

Para contrabalancear o fluxo de caixa, e realmente produzir informações sobre as disponibilidades da empresa, o administrador financeiro deve fazer o mesmo procedimento quanto às contas a pagar da empresa.

O setor de contas a pagar da empresa, assim como o anterior, também tem extrema importância para a empresa, isso porque, toda a cadeia de consumo, seja de energia elétrica, água, mercadorias, etc. dependem dos pagamentos realizados para que a operação da empresa não pare, até porque, para obter receitas a empresa precisa realizar desembolsos. Para Gitman (2010) os pagamentos incluem todos os desembolsos feitos pela empresa em certo exercício financeiro, entre eles compras à vista, aluguel, salários, compra de ativos, dividendos, entre outros.

Portanto, quando o administrador financeiro elencar as contas financeiras para realizar a classificação das saídas de caixa, deverá levar em consideração os pontos primordiais do negócio, para que consiga, futuramente, a comparação ideal

das saídas de caixa realizadas em um determinado período. Assim como o fluxo de entrada, a estrutura do fluxo de saídas pode ser simplificada para posterior alteração, podendo o gestor separar as saídas de maneira analítica ou sintetizada por grupos aglutinados.

Ainda há, caso exista a necessidade de segregar as saídas de forma mais específica, a possibilidade de separação das saídas entre custos e despesas. Dessa forma, ao passo que o conhecimento do pequeno empreendedor toma corpo, é possível alcançar informações cruciais sobre a estrutura de gastos da empresa, informações essas que subsidiarão as decisões futuras de investimentos da empresa, (ver a Tabela 2 abaixo).

Tabela 2 – Exemplo de estrutura de fluxo de saídas.

FLUXO DE SAÍDAS	01/XX	02/XX	03/XX	...
Fornecedor A				
Fornecedor B				
Fornecedor C				
Salários setor A				
Salários setor B				
Aluguel				
Tributos e impostos				
Contas de consumo				
Empréstimos a pagar banco A				
Empréstimos a pagar banco B				
Outras saídas de caixa				
TOTAL DO FLUXO DE SAÍDAS				

Fonte: O autor.

Por fim, ao realizar-se a comparação entre os fluxos de entrada e saída de caixa é encontrado o resultado que fará com que o gestor tenha a visão presente do caixa da empresa, fazendo com que o mesmo tenha informações disponíveis sobre o incremento ou decréscimo do saldo de caixa.

Entretanto, existe um ponto de atenção quanto à elaboração do fluxo de caixa, esse, é o nível de detalhamento realizado pelo gestor financeiro. Isso significa dizer que, quanto maior o plano de contas financeiras, de entrada e de saída, maior será o tempo despendido para a classificação e análise do relatório, portanto, o gestor deverá escolher com cuidado o nível de detalhamento pretendido, para que não tenha informações pobres, ou que, seja impossível o correto preenchimento, omitindo assim, a verdadeira fotografia das finanças da empresa.

2.2.2 Plano Orçamentário Financeiro

Normalmente micro e pequenas empresas sofrem com a escassez de recursos, seja no curto, médio ou longo prazo. Logo, o gestor financeiro, necessita de controles que o auxiliem na busca pela melhor forma de consumo dos poucos recursos financeiros que a empresa possui. A partir dessa necessidade, muitas vezes, é utilizado o orçamento empresarial, este que, por sua vez, possibilita que sejam realizadas previsões, acompanhamentos e atualizações contínuas. Para Padoveze (2004) o orçamento nada mais é do que uma expressão, quantitativa, para um determinado plano de ação, mas que, o plano orçamentário não é apenas prever e posteriormente controlar as informações obtidas. Isso significa dizer que o processo orçamentário deriva de objetivos traçados pela empresa, e que, o orçamento por si só, sem premissas adequadas, não irá fornecer o controle esperado pelo gestor financeiro.

Para Silva (2012) ao longo dos anos, o orçamento foi adaptando-se e acompanhando as tendências das teorias da gestão. Isso proporcionou o surgimento de uma série de métodos orçamentários. Entre eles o método de controle orçamentário através da contabilidade empresarial, ou ainda, através do fluxo de caixa empresarial.

O plano orçamentário financeiro utiliza os mesmos dados do fluxo de caixa, sendo assim, a incumbência do gestor financeiro é apenas projetar o orçamento de cada período se valendo do mesmo plano de contas financeiro já criado no relatório anterior. Uma vez estabelecido o orçamento o gestor poderá começar a realizar a comparação e ajustes necessários, Salto *et al* (2009) afirma que os modelos orçamentários partem do amparo nas limitações e oportunidades das finanças da empresa e passam a nortear-se em modelos de desempenho ou nos objetivos ambicionados pela gestão da empresa. Portanto, a utilização de um modelo orçamentário é de suma importância para o atingimento dos objetivos financeiros da empresa, pois, a análise constante dos resultados atingidos proporciona as alterações necessárias antes do encerramento do período estipulado. A tabela 3 ilustra o plano orçamentário financeiro.

Tabela 3 – Exemplo de estrutura de fluxo de caixa com orçamento.

FLUXO DE ENTRADAS	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado
	01/XX	01/XX	02/XX	02/XX
Recebimento de vendas produto A				
Recebimento de vendas produto B				
Recebimento de vendas produto C				
Rendimento financeiro aplicação D				
Rendimento financeiro aplicação E				
Rendimento financeiro aplicação F				
Empréstimos tomados banco G				
Empréstimos tomados banco H				
Outras entradas de caixa				
TOTAL DO FLUXO DE ENTRADAS				
FLUXO DE SAÍDAS	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado
	01/XX	01/XX	02/XX	02/XX
Fornecedor A				
Fornecedor B				
Fornecedor C				
Salários setor A				
Salários setor B				
Aluguel				
Tributos e impostos				
Contas de consumo				
Empréstimos a pagar banco A				
Empréstimos a pagar banco B				
Outras saídas de caixa				
TOTAL DO FLUXO DE SAÍDAS				

Fonte: O autor.

2.2.3 Indicadores financeiros e econômicos

Para Marion (2012) índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento de determinada empresa, podendo essa avaliação ser no curto, médio ou longo prazo. Tais índices vêm sendo utilizados por instituições bancárias, como parte de análise de crédito, quando as empresas procuram por linhas de crédito.

Esses indicadores utilizam informações contábeis, extraídas do balanço patrimonial e outras demonstrações, para passar uma informação padronizada sobre a real condição financeira da empresa. Padronização essa que é possível pela utilização de fórmulas que podem ser aplicadas a qualquer empresa, sem ser realizada distinção quanto à faturamento, porte, segmento de atuação, entre outros.

Obviamente, por se tratar de informações contábeis, a confiabilidade da informação deve ser extrema, isso significa que a contabilidade utilizada para a análise deve seguir todos os princípios contábeis em sua confecção.

Segundo Marion (2012) o analista tem o dever adicional de traduzir as demonstrações para modelo padronizado, logo, podem ser necessários ajustes para que se tenha a informação correta quando da análise financeira e econômica.

2.2.3.1 Índice de Liquidez Corrente (ILC)

Para Guimarães e Nossa (2010) a capacidade da empresa cumprir com suas obrigações financeiras no prazo determinado e sem alterar suas operações normais é chamada de liquidez corrente. Já para Marion (2012) o ILC tem a ver com a capacidade de pagamento de curto prazo da empresa, apenas.

O referido indicador é encontrado através da fórmula:

Figura 1 – Fórmula de Índice de Liquidez Corrente (ILC).

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: O autor.

O ILC aponta o valor de ativos existentes na empresa em relação às obrigações de curto prazo da companhia. Caso o indicador seja superior a 1 (um) a empresa encontra-se com ILC bem classificado.

2.2.3.2 Índice de Liquidez Seca (ILS)

O índice de liquidez seca parte do mesmo princípio utilizado no ILC, entretanto, são excluídos os estoques da empresa para a obtenção do mesmo. Isso ocorre, para que em empresas que vendem ou revendem mercadorias, possam demonstrar sua capacidade de pagamento, mesmo em caso de paralisação das vendas ou ainda da obsolescência dos seus estoques. Para empresas do setor de serviços o ILS será igual ao ILC, uma vez que, prestadores de serviços comumente não possuem estoques e não tem sua capacidade de pagamento afetada por isso.

O referido indicador é encontrado através da fórmula:

Figura 2 – Fórmula de Índice de Liquidez Seca (ILS).

$$ILS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: O autor.

Assim como o ILC, o índice de liquidez seca é considerado bom se tiver valor igual ou superior a 1 (um). Ainda, caso ocorra uma variação muito grande, em relação ao ILC, o gestor deve atentar-se ao impacto do estoque na sua operação.

2.2.3.3 Índice de Liquidez Geral (ILG)

Temos o ILG como outro indicador de capacidade de pagamento, esse, no entanto, visa apontar a capacidade de pagamento da empresa no longo ou longuíssimo prazo, proporcionando ao gestor uma expectativa futura de cenários a serem considerados para o planejamento orçamentário. Para Marion (2012) o ILG deve ser analisado com certa precaução, pois, ao analisar cenário muito extenso, existe a possibilidade do descasamento de recebimentos e pagamentos, logo o ILG deve sempre acompanhar outros indicadores para uma análise segura. Marion (2012, pg. 82) acrescenta.

Se apreciarmos uma série de vários anos, a análise será enriquecida. Se uma empresa apresentar numa série de anos o índice ILG decrescente, mesmo considerando essas divergências, o indicador se tornará útil, pois podemos depreender a perda paulatina do poder de pagamento geral da empresa.

O referido indicador é encontrado através da fórmula:

Figura 3 – Fórmula de Índice de Liquidez Geral (ILG).

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Fonte: O autor.

Também se tratando de um índice de liquidez, o ILG, será considerado bom caso seja igual ou superior a 1 (um), entretanto, como supracitado, é importante que

seja realizada a análise levando em consideração diferentes períodos futuros, assim, o gestor financeiro irá subsidiar-se de informações para orçamentos futuros.

2.2.3.4 Índice de Liquidez Imediata (ILI)

Normalmente, as micro e pequenas empresas, não possuem grandes montantes para a liquidação de suas obrigações, isso faz com que o ILI se torne um indicador de extrema importância, pois ele consegue apontar a capacidade de pagamento da empresa no curtíssimo prazo. Além disso, a análise do ILI proporciona informações importantes sobre a estrutura de ativos da empresa, ponto este, determinante para a sobrevivência da empresa nos cenários atuais. A importância extremada do ILI refere-se ao fato de que, para sua obtenção, são excluídos do cálculo os ativos de liquidez inferior, mantendo-se, apenas, ativos que possuem liquidez extremamente alta, normalmente as disponibilidades totais da empresa.

O ILI, por ser consequência das disponibilidades da empresa, tende a ser muito volátil, ainda mais para empresas que não possuam controle do fluxo de caixa, para Marion (2012, pg.83) reduções sucessivas no ILI não são constrangedoras, mas, se aliadas a constantes atrasos de pagamentos à fornecedores, passam a indicar, de forma relevante, situação de dificuldade financeira.

O referido índice é encontrado através da fórmula:

Figura 4 – Fórmula de Índice de Liquidez Imediata (ILI).

$$ILI = \frac{\text{Caixa + Bancos + Aplicações de Curto Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: O autor.

A análise do ILI não difere dos demais índices de liquidez supracitados, quando o resultado for igual ou superior a 1 (um) o índice da companhia é considerado bom, porém analisando apenas parte do ativo da empresa.

2.2.4 Análise do Ciclo Operacional e Financeiro

Toda companhia possui um ciclo operacional e financeiro, seja qual for o ramo existem valores a serem recebidos de clientes e, por outro lado, as obrigações junto aos fornecedores. Analisar e adequar o ciclo operacional e financeiro da empresa é função primordial para que o gestor financeiro encontre sucesso em suas atividades.

Para realizar a análise é necessário encontrar três indicadores, o prazo médio de recebimento de vendas (PMRV), o prazo médio de pagamento de compras (PMPC) e o prazo médio de renovação de estoques (PMRE). Combinados, proporcionarão o ciclo operacional e financeiro da empresa. Assim como todos os indicadores apresentados, a base para obtenção e análise do ciclo operacional e financeiro parte do balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício.

O Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) indica, em média, o prazo que a empresa, normalmente, espera para o recebimento de suas duplicatas. É encontrado pela fórmula apresentada na Figura 5.

Figura 5 – Fórmula de Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV).

$$\text{PMRV} = \frac{360 \text{ dias} \times \text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas Brutas}}$$

Fonte: Marion (2012, pg.115).

O Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC) indica, em média, o prazo que a empresa, normalmente, possui para realizar o pagamento de seus fornecedores. É encontrado pela fórmula apresentada na Figura 6.

Figura 6 – Fórmula de Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC).

$$\text{PMPC} = \frac{360 \text{ dias} \times \text{Fornecedores}}{\text{Compras}}$$

Fonte: Marion (2012, pg.115).

O Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE) indica, em média, o prazo que a empresa, normalmente, leva para vender o estoque que possui. É encontrado pela fórmula apresentada na Figura 7.

Figura 7 – Fórmula de Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE).

$$\text{PMRE} = \frac{360 \text{ dias} \times \text{Estoques}}{\text{Custo de Compras}}$$

Fonte: Marion (2012, pg.115).

Após a obtenção dos índices acima é possível realizar a análise do ciclo operacional e financeiro da empresa. O ciclo operacional compreende à soma do Prazo Médio de Recebimento de Vendas e o Prazo Médio de Renovação de Estoques, já o ciclo financeiro é a diferença, em dias, da soma anterior em relação ao Prazo Médio de Pagamentos de Compras. Um PMPC menor do que a soma de PMRV e PMRE significa que a empresa tem necessidade de capital de giro a ser financiada, logo, precisará buscar alternativas para conseguir honrar todos os compromissos assumidos com os fornecedores. Já quando ocorre o contrário, a soma de PMRV e PMRE é superior ao PMPC, a empresa possui folga em seu ciclo, podendo inclusive, aplicar a sobra em outros investimentos que não a operacionalização da companhia. As Figuras 8 e 9 demonstram a análise dos ciclos operacional e financeiro.

Figura 8 – Quadro Demonstrativo de Ciclos Operacional e Financeiro com NCG.

Ciclo Operacional		
PMRE	PMRV	
PMPC		Ciclo Financeiro
		NCG

Fonte: Marion (2012, pg.117).

Figura 9 – Quadro Demonstrativo de Ciclos Operacional e Financeiro com Folga.

Ciclo Operacional		Ciclo Financeiro
PMRE	PMRV	Folga
PMPC		

Fonte: Marion (2012, pg. 116).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por ser descritiva e analítica, baseada no levantamento de dados primários e secundários por meio de pesquisas documentais e bibliográficas, respectivamente.

A pesquisa é descritiva porque descreve o contexto das micros e pequenas empresas brasileiras (MPE's). Ela também é analítica, pois propõe-se a analisar os benefícios dos controles financeiros, disponibilizados pela administração financeira, para as MPE's brasileiras.

As pesquisas bibliográfica e documental corroboraram as análises realizadas, fazendo uso de informações e estudos já realizados, que venham de encontro com o exposto no presente estudo.

Para Fonseca (2002, pg. 32).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Ainda para Fonseca (2002, pg. 32).

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico.

Para a análise bibliográfica, contida neste trabalho, foram utilizados diversos estudos de órgãos voltados para os micro e pequenos empresários, entre eles, o Panorama dos Pequenos Negócios 2018 (SEBRAE) que traz diversas estatísticas sobre os pequenos negócios, seus donos e também informações sobre empreendedorismo no Brasil e no mundo; o Perfil da ME e da EPP de julho de 2017 (SEBRAE) responsável por levantar dados, sobre as características dos micro empresários brasileiros, através de pesquisa realizada com mais de 10.280 entrevistados; O Público do SEBRAE 2017 (SEBRAE) que utilizou informações extraídas da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do próprio SEBRAE e

também de pesquisas mundiais sobre empreendedorismo para apresentar dados e informações detalhadas sobre os empreendedores a frente dos pequenos negócios brasileiros; também o estudo Sobrevivência das Empresas no Brasil de outubro de 2016 (SEBRAE) que através de pesquisa com 2.006 empresas, ativas e inativas, para identificar fatores determinantes para a sobrevivência ou mortalidade das MPE's; além do estudo Demografia das Empresas 2015 (IBGE) que aprofunda o tema sobre mortalidade e sobrevivência de pequenos negócios através da análise das taxas de entrada e saída das MPE's no mercado nacional; e por fim o Perfil das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras de junho de 2015 (SPC) que traçou o perfil do empreendedor brasileiro e buscou levantar quais as principais dificuldades e desafios em relação a diversos pontos do empreendedorismo nacional.

Para auxiliar na contextualização das MPE's brasileiras utilizou-se vários documentos oficiais, dentre os quais se encontra a Constituição Federal de 1988; o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006); e também as Leis Complementares nº 128/2008, nº 147/2014 e nº 155/2016 que proporcionaram diversas mudanças benéficas e incentivadoras para as micro e pequenas empresas brasileiras.

4 OS BENEFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Este capítulo visa contextualizar o cenário em que estão incluídas as micro e pequenas empresas brasileiras, evidenciando os esforços dos legisladores brasileiros em relação aos micro e pequenos empreendedores. Serão trazidos a luz do conhecimento diversas análises sobre mortalidade e sobrevivência dessas empresas e suas possíveis causas. Por fim, serão discutidos os benefícios trazidos pela utilização de controles financeiros para empresas de pequeno porte.

4.1 CONTEXTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Percebe-se, a partir do ano de 2006, uma profunda reformulação nas leis e dispositivos que regem as micro e pequenas empresas no Brasil. O grande marco, nesse sentido, foi a promulgação da Lei Complementar nº 123/2006, mais conhecida como Estatuto das Micro e Pequenas Empresas. Desde então, o dispositivo vem sofrendo corriqueiras alterações, como a Lei Complementar nº 128/2008, responsável, por nada menos, que a criação da figura do MEI (Microempreendedor Individual) e também, com a Lei Complementar nº 147/2014, que trouxe para a luz do Simples Nacional profissionais liberais, como os advogados e outros. Por fim, no ano de 2016, através da Lei Complementar nº 155/2016, houve uma grande reestruturação e atualização dos limites de faturamentos anuais para os pequenos negócios, assim, ME's (Microempresas) e EPP's (Empresas de Pequeno Porte) viram o teto de seus faturamentos anuais subirem de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 4.800.000,00, um aumento de 60% em relação ao limite anterior. Por sua vez, o limite de faturamento anual para MEI's atingiu R\$ 81.000,00 ao passo que anteriormente era estipulado em R\$ 60.000,00, o que representou um aumento de 35% nesse limite.

Os dispositivos supracitados, assim como suas alterações, vão de encontro ao que prevê a Constituição Federal de 1988, como mostram, na íntegra, os artigos 170 e 179.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;
- VI – defesa do meio ambiente;
- VII – redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII – busca pelo pleno emprego;
- IX – tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

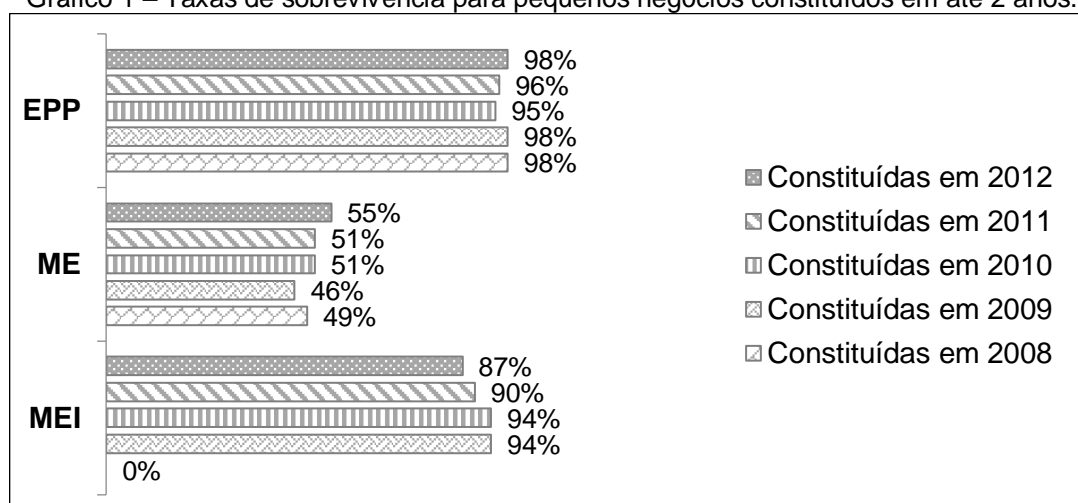
Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Como esperado, a partir das alterações implantadas pela promulgação das leis que regem os pequenos negócios, houve um decréscimo nas taxas de mortalidade dos pequenos negócios. Estudo publicado pelo SEBRAE em 2016, intitulado “Sobrevivência de Empresas no Brasil”, baseado nos dados disponíveis da SRF (Secretária da Receita Federal), apontou que, ao final do ano de 2014, a taxa de mortalidade média dos pequenos negócios era de aproximadamente 23,4% para empresas constituídas no ano de 2012. Para efeito comparativo, o mesmo estudo apontou que empresas constituídas no ano de 2008 tinham taxa de mortalidade estimada em 45,8%. A justificativa, parcial, para o decréscimo apontado, é a introdução do MEI a partir de 2008, que começou a contar com benefícios tributários diferenciados como mostra o Art. 18-A da Lei Complementar nº 128/2008.

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual – MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

O Gráfico 1 a seguir demonstra as taxas de sobrevivência dos pequenos negócios, segregados entre MEI's, ME's e EPP's com até 2 anos de constituição.

Gráfico 1 – Taxas de sobrevivência para pequenos negócios constituídos em até 2 anos.



Fonte: O autor, com dados obtidos no SEBRAE.

Outro ponto que corrobora com a ideia de que, a figuração do MEI como uma forma de tributação, causou a diminuição na taxa de mortalidade dos pequenos negócios é a análise do incremento, ou constituição, dos pequenos negócios por ano, representado pela Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Percentual de incremento de novos pequenos negócios.

	2008	2009	2010	2011	2012
MEI	0,0%	7,4%	53,6%	58,3%	64,0%
ME	90,2%	82,9%	42,1%	37,7%	33,0%
EPP	9,8%	9,7%	4,3%	4,0%	3,0%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: O autor, com dados obtidos na SRF.

Nota-se, entre os anos de 2009 e 2010, o grande salto realizado pelo MEI na abertura de novas empresas, em 2009, primeiro ano em que foi possível escolher essa forma de tributação, o percentual de incremento dos novos MEI's foi pouco maior que 7%, já em 2010 o mesmo percentual ultrapassou as outras formas de tributação, chegando a representar, em 2012, 64% das aberturas de novos negócios. Em contrapartida, a abertura de novas ME's sofreu um grande declínio, passando de 90,2% dos novos negócios em 2008, para 33% em 2012.

Fazendo-se um cruzamento de informações temos que, a grande mortalidade de empresas, nos anos de 2008 e 2009, era consequência, em parte, do engessamento tributário brasileiro, onde a opção, para abertura de um novo empreendimento era obrigatoriamente a ME, tributada com base no faturamento

mensal e com uma carga de impostos muito maior do que a oferecida no MEI. Além do exposto, é sabido que a necessidade de controles financeiros, tributários, entre outros, em uma ME é infinitamente superior ao exigido de um microempreendedor individual.

Entretanto, mesmo com a melhora alcançada através das mudanças supracitadas, quando analisamos o mesmo cenário, com tempos de constituição maiores do que 2 anos, as taxas de mortalidade se mostram muito deficitárias, fazendo com que outras análises sejam necessárias.

Para Aoki e Badalotti (2014) a mortalidade das micro e pequenas empresas é resultado da falta de proteção e de ações de apoio aos setores mais frágeis do mercado, resultando assim em desemprego e aumento da desigualdade social.

Segundo Almeida e Ross (2000) existem recursos financeiros disponíveis em diversas instituições, mas o custo é alto para MPE's, pois há percepção de risco elevado na análise financeira realizada pelas instituições financeiras.

Sendo assim, chega-se a uma questão de extrema importância para o presente estudo, que é a necessidade de avaliar o preparo profissional do empreendedor em relação aos controles necessários para a continuidade do pequeno negócio.

Para Peñaloza e Figueiredo (2011) enquanto nas grandes empresas a gestão é realizada por administradores profissionais, pagos com esse intuito, nas pequenas empresas o papel de proprietário, na maioria das vezes, confunde-se com o de administrador. Corroborando a ideia:

Para Zoauin *et al* (2011) devido às necessidades desse segmento empresarial, a administração de capital de giro vem exigindo maiores cuidados, em virtude da crescente complexidade da economia brasileira, da expansão e da sofisticação do mercado financeiro e do elevado custo de crédito.

Já para Camargos *et al* (2010) diante da relevância do financiamento para suas atividades, o apoio gerencial e financeiro passa a ser fundamental para a sobrevivência das MPE's.

Pesquisa quantitativa do SEBRAE, divulgada em julho de 2017, buscou, através da aplicação de um questionário para 10.284 empreendedores, com empresas ativas ou inativas em todo o Brasil, levantar quais eram os principais

motivos de fracasso ou sucesso de uma empresa, além de investigar quais áreas de conhecimento eram as mais impactantes para o negócio, e quais as necessidades de aprimoramento eram percebidas pelos empreendedores. Quando questionados, e podendo citar mais de uma razão, 26% dos empreendedores que fecharam seus negócios apontaram que o motivo para o fechamento da empresa era que a mesma só apresentava prejuízo, seguido por 22% que demonstraram ter problemas em manter uma carteira sólida de clientes, segue o Gráfico 2 com os resultados.

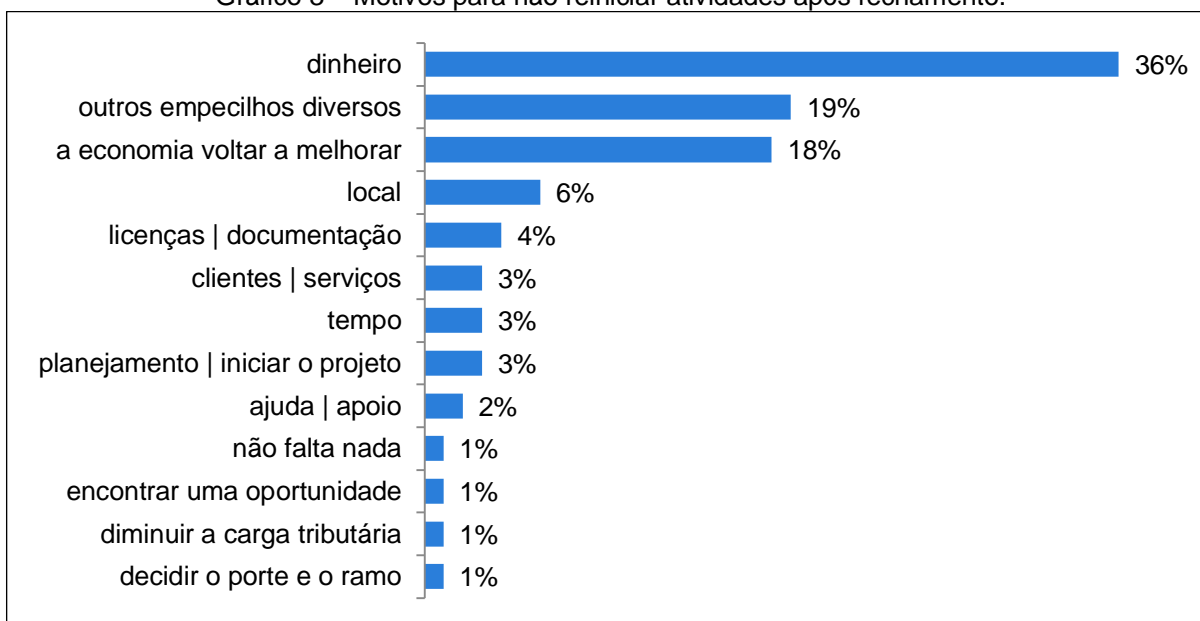
Gráfico 2 – Motivos para fechamento de pequenos negócios.



Fonte: SEBRAE (2017, pg. 12).

Ainda para os pesquisados, que fecharam seus negócios, foi questionado qual seria o ponto primordial de impossibilidade para se reiniciar a atividade, nesse caso 36% dos pesquisados apontou que o fator primeiro é o dinheiro, como aponta o Gráfico 3 a seguir.

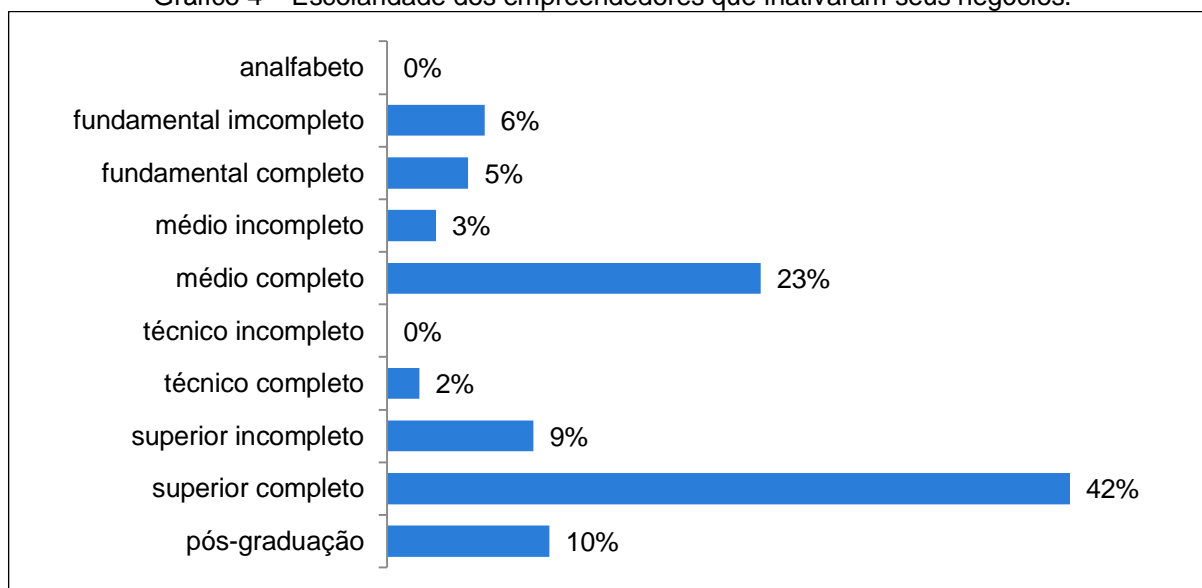
Gráfico 3 – Motivos para não reiniciar atividades após fechamento.



Fonte: SEBRAE (2017, pg. 20).

Uma terceira análise realizada pelo SEBRAE, auferiu dados quanto à escolaridade dos empreendedores que inativaram seus pequenos negócios, fazendo um cruzamento entre escolaridade e sucesso dos negócios. O resultado, ao contrário do esperado, foi de que mais de 60% dos respondentes possuíam, no mínimo, ensino superior incompleto e que, apenas, 11% tinham o ensino fundamental completo. Tal resultado faz com que, a vinculação de insucesso com a baixa formação acadêmica, seja totalmente descaracterizada. O Gráfico 4 elucida a questão da escolaridade dos inativos.

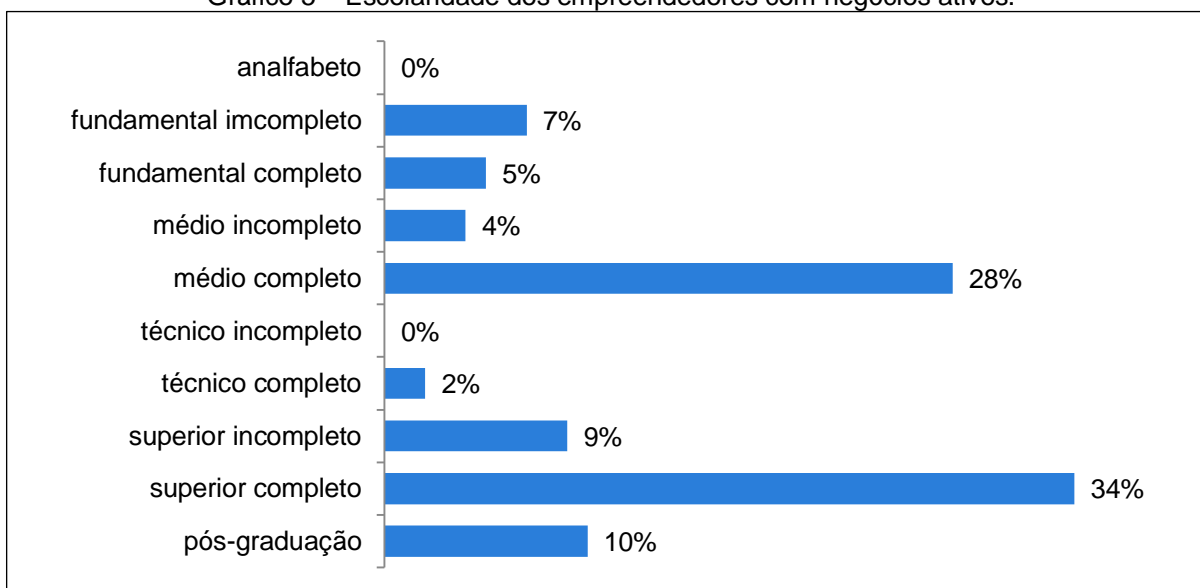
Gráfico 4 – Escolaridade dos empreendedores que inativaram seus negócios.



Fonte: SEBRAE (2017, pg. 23).

Para efeito comparativo, a mesma questão foi aplicada aos empreendedores que, ainda, mantinham seus estabelecimentos abertos. A semelhança nos resultados apresentados, por ativos e inativos, corrobora ainda mais com a ideia de que, o insucesso ou sucesso de um pequeno negócio, independe da condição educacional dos empreendedores. A diferença nas duas análises aponta, inclusive, o contrário, isso porque o percentual dos que possuíam nível superior completo é menor para os ativos, 34% contra 42% dos inativos. Parte dessa diferença reflete no nível de escolaridade ensino médio completo, 28% para ativos e 23% para os inativos. O Gráfico 5 remonta a escolaridade dos empreendedores ativos.

Gráfico 5 – Escolaridade dos empreendedores com negócios ativos.



Fonte: SEBRAE 2017, pg. 120.

Por fim, outro ponto digno de nota da pesquisa, foi o levantamento das competências que deveriam ser estudadas e adquiridas pelos empreendedores. Cada respondente pode optar por mais de uma resposta e, ao fim, chegou-se a conclusão de que, para 47% dos empreendedores em atividade, a capacitação em controles financeiros era a maior necessidade para o momento, seguido por 43% que indicaram necessidade de capacitação em propaganda/marketing, como mostra o Gráfico 6 a seguir.

Gráfico 6 – Principais áreas de necessidade de capacitação.



Fonte: SEBRAE 2017, pg. 89.

Em resumo, e segundo os dados previamente citados, fica clara a necessidade de aprimoramento da gestão financeira para os pequenos empreendedores, não só pela afirmação da grande maioria ativa, que apontou os controles financeiros como principal necessidade, mas também pelos empreendedores inativos, dos quais a maioria composta por 36% afirmou que o dinheiro é o principal motivador para que o negócio não voltasse às atividades normais. O que vai de encontro com Lopes *et al* (2014).

No ambiente organizacional, o gerenciamento financeiro apresenta-se como uma prática administrativa para o sucesso e continuidade de qualquer negócio, seja ele formalizado ou não. Desse modo, torna-se importante para as empresas a adoção de mecanismos e procedimentos de gestão financeira que envolva o planejamento, a análise e o controle das atividades financeiras, necessários para a boa gestão da empresa.

4.2 ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS NO USO DOS CONTROLES FINANCEIROS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Para que seja possível analisar os benefícios da utilização de controles financeiros, ou ainda, os malefícios pela inutilização dos mesmos, é necessário apontar quais são os níveis, não só de aceitação, mas também de utilização dos principais controles por parte dos micro e pequenos empreendedores.

Pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em conjunto com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), buscou avaliar aspectos financeiros, relacionados à constituição das empresas, e também, relacionados à sua gestão financeira.

Em relação à constituição das MPE's a pesquisa apontou que, a maioria, composta por 62,8% dos entrevistados, utilizou recursos próprios, oriundos de capital próprio, poupança ou investimentos para iniciar as atividades empresariais. Já para 14,1% dos respondentes o investimento para abertura do negócio se deu pela venda de algum bem. Portanto, 76,9% dos empreendedores utilizaram recursos próprios, de maior ou menor liquidez, para iniciarem suas operações, ao passo que apenas 23,1% dos empreendedores buscou recursos de terceiros para a abertura de suas empresas, como mostra a Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 – Fonte de recursos para abertura do negócio.

Fonte do Recurso	%
Capital Próprio, Poupança e Investimentos	62,80%
Venda de bens	14,10%
Empréstimo em Banco Público	10,50%
Empréstimo em Banco Privado	4,60%
Outros	8,30%

Fonte: O autor, com dados do SPC.

A mesma pesquisa relatou ainda que 21,6% dos empreendedores fazem a gestão dos seus recursos próprios conjuntamente com os recursos da empresa, isso significa que, para essa parcela de entrevistados, a figura da empresa e do empreendedor se confundem, não havendo controle financeiro separado. Esse tipo de comportamento vai totalmente contra um dos principais princípios contábeis existentes, o da entidade. Por definição o princípio da entidade afirma que o patrimônio é o objeto principal da contabilidade, e que, portanto, é necessária a diferenciação entre o patrimônio particular e o patrimônio da empresa, mesmo que a empresa pertença a uma ou mais pessoas, físicas ou jurídicas. Ao ferir esse princípio o gestor perde o controle sobre a real situação patrimonial e financeira da empresa, muitas vezes descapitalizando a mesma em benefício próprio. Portanto, o combate a esse tipo de comportamento é extremamente importante e a contabilidade, nesse caso, passa a ser a principal ferramenta para a correta diferenciação dos patrimônios envolvidos.

No que tange capital de giro, a pesquisa apontou que 68% das empresas usam os próprios recursos para capital de giro. Apesar dos juros altos o cartão de crédito figurou como o segundo meio de financiamento do capital de giro, 17% dos entrevistados. Em terceiro lugar apareceu o cheque especial como forma de financiamento do capital de giro, com 13,9% das empresas. Esses resultados demonstram um ponto de atenção para o gestor financeiro, pois, as altas taxas de juros cobradas no cheque especial e no cartão de crédito podem inviabilizar a operação da empresa em caso de aperto financeiro.

Esta análise vem de encontro com o conceito de necessidade de capital de giro, muito difundido entre médias e grandes empresas. O gerenciamento do mesmo visa antecipar eventuais necessidades de caixa para que o gestor possa, de maneira

eficaz, planejar as ações necessárias para a boa saúde financeira da empresa. Para Marion (2012) a necessidade de capital de giro quantifica o chamado ciclo financeiro da empresa, este já discutido previamente neste estudo. Logo, a impossibilidade, de extração e análise, dos componentes dos ciclos operacional e financeiro impossibilita a obtenção do montante necessário para a operacionalização da empresa, fazendo com que o gestor não esteja preparado para eventual necessidade financeira.

Por fim, a pesquisa buscou, de forma mais ampla, responder sobre a utilização de controles financeiros pelas micro e pequenas empresa, mostrando inclusive quais os controles mais utilizados, e também, aqueles mais deixados de lado por parte dos gestores financeiros dessas empresas. Assim, é possível criar correlação entre os níveis de utilização de determinados controles financeiros em detrimento do impacto da falta de utilização dos mesmos. Dentre as práticas mais utilizadas encontramos a demonstração de receitas e despesas mensais com 82,4%, seguido da utilização de livro-caixa com 75,5% e a gestão do fluxo de caixa, com apenas 73% de atingimento entre os respondentes. Assim, chegamos a informação de que 27% dos gestores de micro e pequenas empresas despreza o gerenciamento do fluxo de caixa como ferramenta de controle, preferindo controles mais genéricos ou com menos informações. Para Gitman (2010).

O fluxo de caixa, o sangue da empresa, é o tema da preocupação básica do administrador financeiro, tanto na gestão das finanças do dia-a-dia quanto no planejamento e na tomada de decisões estratégicas voltadas para a criação de valor para o acionista.

Portanto, pouco mais de uma em cada quatro micro ou pequena empresa brasileira não possui controle adequado para o levantamento de informações financeiras confiáveis e tempestivas.

Entretanto, pelo apontado pela pesquisa do SPC, o gerenciamento do fluxo de caixa não é o controle mais deixado de lado pelos gestores, este na verdade é o planejamento orçamentário, cujo índice de inutilização nas micros e pequenas empresas chega a 31,8%.

Peixoto *et al* (2008) afirma que o orçamento é de extrema importância para o acompanhamento de projetos e objetivos traçados pela empresa, logo, sem o orçamento é impossível encontrar discrepâncias nos resultados obtidos, visto que se perde a base de comparação.

Em mercados tão competitivos e globalizados como os existentes atualmente, a eficiência se torna ponto obrigatório de atenção para a gestão da empresa, e uma das formas mais simples e práticas para esse acompanhamento é o planejamento orçamentário, pois, mesmo que de forma simplificada já é possível corrigir os desvios apresentados pelos resultados obtidos.

Outro controle, apontado entre os mais inutilizados pelas micro e pequenas empresas, é a contabilidade, que por definição é a ciência que controla o patrimônio da empresa, apura seus resultados e passa a direcionar a tomada de decisão do gestor.

A contabilidade não é utilizada por aproximadamente 24,3% das empresas. Em grande parte, o motivo do percentual apresentado se dá por conta da falta de obrigatoriedade de registro contábil nas empresas optantes pelo simples nacional, como mostra o artigo 3º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº1774/2017.

Art. 3º - Deverão apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) todas as pessoas jurídicas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive as equiparadas, as imunes e as isentas.

Parágrafo 1º - A obrigatoriedade a que se refere este artigo não se aplica:

I – Às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Como citado previamente, a contabilidade é base para a extração de diversas informações, essas utilizadas para obtenção de vários índices financeiros e também para a análise dos ciclos operacionais e financeiros. Uma vez que, a empresa não faça uso dessa ferramenta, não será possível o reconhecimento assertivo do patrimônio da empresa.

5 CONCLUSÃO

As micro e pequenas empresas brasileiras batalham diariamente para continuarem com suas atividades, não por menos as taxas de mortalidade em 2016, para empresas abertas em até dois anos, ainda eram superiores a 23%. Muitas vezes enfrentando cenários plenamente desfavoráveis à manutenção de qualquer operação, principalmente, como os ocorridos em período de recessão recente no país, nos anos de 2015 e 2016. As instabilidades política e econômica recentes no país arremessa a maioria dos empreendedores em situações financeiras de grande complexidade. A partir deste contexto, o objetivo central desta pesquisa foi analisar os benefícios dos controles financeiros para as micro e pequenas empresas. A partir do levantamento de dados junto ao SEBRAE, IBGE e SPC verificou-se que, grande parte dos pequenos negócios que foram obrigados a encerrar suas operações, sofriam em demasia para manter o fluxo de caixa adequado. Além disso, praticamente metade dos pequenos empreendedores brasileiros sentem carência em relação a uma gama de controles financeiros adequados, que possibilitem uma visão mais abrangente de seu negócio e da conjuntura em que a empresa está inserida. O presente estudo buscou e elucidou o cenário em que as micro e pequenas empresas a nível nacional, inclusive, apontando os feitos do governo federal para tentar ajudar essa parcela do empreendedorismo nacional. Além disso, a partir dos resultados obtidos junto aos relatórios utilizados, foi possível apontar diversos mecanismos de controle financeiro para auxiliar os gestores que procuram melhorar seu conhecimento e desempenho. Foi exposto também, que a contabilidade, mesmo sem ser obrigatória para a maioria das micro e pequenas empresas, é uma das maiores fontes de controle financeiro e de resultados, logo, fica a recomendação de que a contabilidade seja presente em todas as etapas de desenvolvimento da empresa. Vale ressaltar ainda que, os controles aqui apresentados são de nível básico, ou seja, controles iniciais para empreendimentos que ainda não possuam mecanismos adequados à sua estrutura. Sendo assim, recomenda-se, ao passo em que a empresa cresça, que se busquem controles complementares e com maior nível de sofisticação, que atendam e estejam de acordo com a real necessidade de cada companhia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. & ROSS, E. S. A visão dos bancos em relação aos micro e pequenos empresários. **Anais do encontro nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração**, Florianópolis, SC, Brasil, 24.

AOKI, Vanessa C. G & BADALOTTI, Rosana M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: o caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, set./out. 2014.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BUENO, V. de F. **Avaliação de risco na concessão de crédito bancário para micro e pequenas empresas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFSC, Florianópolis, 2003.

CAMARGOS, Marcos A. de *et al.* Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 2, art. 8, pg. 333-352, mar./abr. 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 30 de abril de 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

Guimarães, A. L. S.; Nossa, V. Working capital, profitability, liquidity and solvency of healthcare insurance companies. **BBR - Brazilian Business Review**, pg. 37-59, 2010.

IBGE. **Demografia das Empresas 2015**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=210115>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

Instrução Normativa RFB nº 1774/2017. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=88912&visao=anotado>>. Acessado em: 12 de julho de 2018.

Lei Complementar nº 123/2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acessado em: 30 de abril de 2018.

Lei Complementar nº 128/2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp128.htm>. Acessado em: 30 de abril de 2018.

Lei Complementar nº 147/2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp147.htm>. Acessado em: 30 de abril de 2018.

Lei Complementar nº 155/2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp155.htm>. Acessado em: 30 de abril de 2018.

LOPES, Leandro C. *et al.* Adoção de práticas de controles financeiros e não financeiros por microempreendedores individuais. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 8, n. 21, pg. 749-766, set./dez. 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Juliana. V.; ESCRIVAO FILHO, Edmundo. **Sistemas integrados de gestão ERP em pequenas empresas: um confronto entre o referencial teórico e a prática empresarial**. São Carlos, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PEIXOTO, Rosemara F. C. M. *et al.* A importância do orçamento no processo de gestão empresarial. **XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**. São José dos Campos, 2008.

PEÑALOZA, Verónica; FIGUEIREDO, Felipe de Castro. Fatores que influenciam a estrutura de capital em micro e pequenas empresas. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, pg. 9-28, jan./mar. 2011.

SALTO, L. A. *et al.* A importância do orçamento empresarial para a tomada de decisão. **Congresso Internacional de Administração**, Ponta Grossa, 2009.

SANTOS, C. A. A.; BARRETO, M. C. R.; VIDESCHI, V. C. P.; HORITA, R. Y. Fluxo de Caixa. **Revista Científica do Unisalesiano**. Lins, ano 1, n. 1, jan./jun. 2010.

SEBRAE. **O Público do SEBRAE 2017**. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/documentos2/Ws567dR/Documentos%20de%20Refer%C3%Aancia/O%20p%C3%BAblico%20do%20Sebrae%20ed%206.pdf>>. Acessado em: 03 de março de 2018.

SEBRAE. **Panorama do Pequenos Negócios 2018**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf>. Acessado em: 10 de junho de 2018.

SEBRAE. **Perfil da ME e da EPP 2017**. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Perfil-da-ME-e-da-EPP-julho-2017-1.pptx>>. Acessado em: 02 de março de 2018.

SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil 2016**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>>. Acessado em: 01 de maio de 2018.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. Tomada de decisão financeira: aplicando o processo orçamentário. **Revista Administração em Diálogo**, v. 14, n. 3, pg. 01-23, set./dez. 2012.

SOUZA, C. A.; ZWICKER, R. Ciclo de vida de sistemas em ERP. **Cadernos de pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n.11, 1 trim./2000.

SPC. **Perfil das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras 2015**. Disponível em: <http://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/relatorio_perfil_mpe1.pdf>. Acessado em: 22 de agosto de 2018.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 8. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

ZOUAIN, Deborah Moraes et al. Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, jun. 2011.